

Medicamentos já podem ter reajuste de até 3,81%

Medicamentos vendidos no Brasil já podem ter o preço reajustado em até 3,81%, conforme estabelecido em resolução publicada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed)

Texto prevê três níveis máximos de reajuste aplicáveis a diferentes grupos de medicamentos, conforme a competitividade de cada categoria: 3,81% para medicamentos com concorrência; 2,47% para medicamentos de média concorrência; 1,13% para medicamentos de pouca ou nenhuma concorrência.

Algumas categorias não se encaixam nesses critérios, como fitoterápicos, homeopáticos e determinados medicamentos isentos de prescrição com alta concorrência no mercado, que possuem regras específicas dentro do sistema de regulação de preços. Em nota, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) destacou que o reajuste médio permitido por lei ficará em até 2,47%, o menor dos últimos 20 anos e abaixo da inflação



O reajuste dos preços de medicamentos é feito uma vez ao ano.

acumulada dos últimos 12 meses, de 3,81%.

“A redução consecutiva do índice desde 2023 é fruto da política de combate à inflação e reforça a importância da regulação para proteger o consumidor de preços abusivos. Nos anos anteriores, houve um aumento expressivo do percentual, ultrapassando 10%”. A Anvisa destaca que os aumentos não são automáticos. “Na prática, fabricantes e farmá-

cias podem aplicar reajustes inferiores ou até manter os preços atuais, dependendo das condições do setor e do nível de concorrência entre as empresas”.

“A regulação econômica dos medicamentos no Brasil garante a proteção do consumidor e, ao mesmo tempo, busca a sustentabilidade do setor para a continuidade do fornecimento de medicamentos no país”. O reajuste dos preços de medicamen-

tos é feito uma vez ao ano e segue uma fórmula regulatória que parte da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e desconta o ganho de produtividade da indústria.

A Cmed é o órgão federal responsável pela regulação econômica do mercado farmacêutico no Brasil e estabelece critérios para a fixação e o reajuste dos preços de medicamentos, com o objetivo de estimular a concorrência e garantir o acesso da população aos produtos. A câmara de regulação é composta pelo Ministério da Saúde, pela Casa Civil e pelos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A Anvisa, por sua vez, exerce a função de secretaria executiva, fornecendo suporte técnico às decisões (ABR).

Fatores sociais empurram famílias para ultraprocessados

A sobrecarga materna, o preço atraente e até componentes afetivos são alguns dos fatores sociais que impulsionam o consumo de alimentos ultraprocessados por crianças em comunidades urbanas de diferentes cidades brasileiras, segundo pesquisa divulgada ontem (31) pelo Unicef. O estudo entrevistou cerca de 600 famílias de três comunidades urbanas do país: Guamá, em Belém; Ibura, em Recife; e Pavuna, no Rio de Janeiro. Apesar de 84% dos entrevistados se considerarem muito preocupados em oferecer uma alimentação saudável para suas famílias, em metade dos lares os alimentos ultraprocessados faziam parte do lanche das crianças. Além disso, em um a cada quatro, algum desses produtos estava no café da manhã. Os produtos ultraprocessados mais presentes nas casas foram iogurte com sabor, embutidos, biscoito recheado, refrigerante e macarrão instantâneo.

Nas famílias ouvidas pela pesquisa, 87% das mães exerceram a tarefa de comprar e servir o alimento às crianças, e 82% delas também foram responsáveis pela preparação. Já entre os pais, apenas 40% comprou alimentos, enquanto 27% cozinhou e 31% ofereceram a comida às crianças da casa.

A oficial de Saúde e Nutrição do Unicef no Brasil, Stephanie Amaral, ressalta a sobrecarga das mulheres nos cuidados com a alimentação.

"Muitas mães fazem isso sozinhas, além de trabalhar fora. É uma sobrecarga que acaba fazendo com que a praticidade dos alimentos ultraprocessados pese muito mais" (ABR).

naturais com aditivos químicos, como corantes, aromatizantes e emulsificantes. Isso permite a fabricação de produtos de baixo custo, longa durabilidade e com sabores intensos, que viciam o paladar. Evidências científicas mostram que o seu consumo aumenta o risco de doenças como obesidade, diabetes, problemas cardíacos, depressão e câncer.

Nas famílias ouvidas pela pesquisa, 87% das mães exerceram a tarefa de comprar e servir o alimento às crianças, e 82% delas também foram responsáveis pela preparação. Já entre os pais, apenas 40% comprou alimentos, enquanto 27% cozinhou e 31% ofereceram a comida às crianças da casa.

A oficial de Saúde e Nutrição do Unicef no Brasil, Stephanie Amaral, ressalta a sobrecarga das mulheres nos cuidados com a alimentação.

"Muitas mães fazem isso sozinhas, além de trabalhar fora. É uma sobrecarga que acaba fazendo com que a praticidade dos alimentos ultraprocessados pese muito mais" (ABR).

Por que a próxima onda da inovação não nascerá dos grandes hubs

Guilherme Hoppe (*)

Durante décadas, a inovação global foi associada a grandes polos tecnológicos. Vale do Silício, Shenzhen, Tel Aviv, Londres e Berlim tornaram-se sinônimos de progresso, capital de risco e vanguarda científica. Esses ecossistemas continuam sendo fundamentais para o avanço tecnológico, mas começam a revelar uma fragilidade estrutural pouco discutida.

Em um mundo cada vez mais instável geopoliticamente, volátil economicamente e fragmentado socialmente, a concentração excessiva da inovação em poucos territórios cria riscos sistêmicos. O Índice Global de Inovação 2024, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO), confirma que os países líderes seguem altamente concentrados. Ao mesmo tempo, o próprio relatório aponta uma desaceleração dos investimentos globais em P&D e capital de risco desde 2022, especialmente fora desses grandes centros.

O paradoxo é claro: o modelo dos grandes hubs é poderoso, mas pouco resiliente. Estudos da McKinsey mostram que setores intensivos em inovação cresceram quase o dobro da média da economia norte-americana nas últimas décadas. Essa performance explica por que governos continuam apostando em grandes polos. No entanto, disputas comerciais, guerras tecnológicas envolvendo semicondutores e inteligência artificial, além de mudanças regulatórias abruptas, têm mostrado que ecossistemas excessivamente dependentes de decisões centralizadas e fluxos globais de capital podem entrar rapidamente em ciclos de retração.

Há ainda um fator menos visível, mas decisivo: a armadilha da atenção. Nos últimos anos, diversos territórios passaram a competir por visibilidade, moldando seus ecossistemas em torno de modismos tecnológicos. Blockchain, criptoativos e metaverso atraíram investimentos intensos entre 2017 e 2021. Quando o ciclo virou, muitos desses hubs encolheram quase na mesma velocidade com que cresceram.

Quando a inovação depende do palco, ela se torna refém do próximo ciclo de entusiasmo coletivo. É nesse espaço de fragilidade que começam a emergir, de forma silenciosa, os micros ecossistemas de inovação. Diferentemente dos grandes hubs, esses sistemas operam em escala territorial reduzida, profundamente conectados à identidade local e aos problemas reais de suas comunidades.

Pesquisas recentes indicam que empresas inseridas em ecossistemas locais apresentam maior capacidade de inovação incremental contínua. Um estudo sobre a região de Campinas mostrou maior adoção de tec-

nologias digitais avançadas em empresas fortemente conectadas ao território, universidades e cadeias produtivas locais. A razão é simples: quando a inovação nasce próxima de desafios concretos — saúde, mobilidade, educação, inclusão produtiva — ela encontra demanda mais estável e ciclos de aprendizado mais rápidos.

Experiências internacionais reforçam essa lógica. Em Barcelona, o projeto 22@ transformou um antigo bairro industrial em um distrito urbano de inovação, integrando empresas, universidades, habitação e cultura. Em St. Louis, o Cortex Innovation Community gerou milhares de empregos e mais de US\$ 2 bilhões em impacto econômico sem a criação de um mega hub artificial. No Oregon, regiões fora dos eixos tradicionais concentram centenas de empresas de tecnologia, sustentadas por formação técnica e identidade produtiva clara.

A força desses micros ecossistemas não está na escala, mas na arquitetura. Eles são menos dependentes de capital especulativo internacional, ajustam-se mais rapidamente a mudanças regulatórias e constroem um ativo invisível, porém essencial: capital social. Confiança, cooperação e proximidade reduzem custos de transação e aumentam a resiliência em momentos de crise.

Isso não significa dispensar o palco. Visibilidade continua sendo importante para conectar mercados e ampliar impacto. Mas a experiência internacional mostra que políticas públicas eficazes são aquelas que apoiam sem capturar, financiam sem controlar e dão visibilidade sem substituir a identidade local. Israel é um exemplo claro desse equilíbrio, com clusters regionais especializados coexistindo dentro de uma estratégia nacional robusta.

Para países emergentes como o Brasil, a aposta em micro ecossistemas oferece vantagens estratégicas claras: reduz dependência de capitais voláteis, aproveita vocações regionais, integra inovação e inclusão social e cria trajetórias de desenvolvimento de longo prazo. Talvez o erro das últimas décadas tenha sido tentar replicar modelos estrangeiros, em vez de cultivar redes de ecossistemas locais interconectados.

Os grandes polos continuarão sendo essenciais para a fronteira tecnológica global. Mas o futuro mais resiliente da inovação provavelmente será construído de forma diferente: em bairros, distritos e cidades que conhecem profundamente seus próprios desafios. Menos espetacular. Menos dependente de holofotes. E, justamente por isso, mais duradouro.

(*) - É coordenador do Ibrawork (<https://ibraworksp.com.br/>).

Governo endurece regras de acesso ao aplicativo SouGov.br

O governo federal está endurecendo as regras de acesso ao aplicativo SouGov.br. A partir deste mês, crianças, adolescentes e pessoas legalmente incapazes só podem utilizar a plataforma mediante autorização formal de um responsável. A medida corrige uma falha de segurança e divide os usuários em dois perfis: o representante legal e o representado.

Agora, pais, tutores ou curadores precisam estar vinculados ao sistema para liberar o uso aos dependentes, garantindo o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e do ECA Digital. Na prática, o responsável deve acessar sua conta Prata ou Ouro do Gov.br e aceitar os termos de uso. Somente após essa autorização é que o dependente terá o acesso liberado. Se houver tentativa de entrada antes da autorização, o sis-

tema bloqueia a navegação automaticamente.

Existem diferenças nas permissões: enquanto o representante pode consultar e editar informações, o representado tem autorização apenas para leitura de dados. Além disso, funções sensíveis, como a contratação de empréstimos consignados e a Prova de Vida digital ficam suspensas para esses perfis.

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação, a iniciativa traz mais rastreabilidade e evita o uso indevido da plataforma, que atende servidores ativos, aposentados e pensionistas do Executivo Federal. Vale lembrar que o responsável pode revogar a permissão a qualquer momento, suspendendo o acesso do dependente de forma imediata. Para o funcionamento pleno, ambos devem ter conta nível Prata ou Ouro no portal do governo (ABR)



A – Abaixo da Inflação

A Páscoa não será tão salgada em 2026. Cálculos feitos pela FecomercioSP, com base nos dados do IPCA-15 do IBGE, indicam que os itens alimentícios mais procurados pelos consumidores para essa data apontaram alta de 0,59% no intervalo de um ano — muito abaixo da inflação acumulada em 12 meses até fevereiro, de 4,1%. Se essa é a boa notícia, a má é que o item geralmente mais comprado na Páscoa (o chocolate) está muito mais caro agora, ao subir 26,11% em um ano, depois de já ter encarecido 15,6% na Páscoa do ano passado, para os tipos de barra e os bombons.

B – Apresentações e Oratória

A ABIMAQ promove entre os próximos dias 8 e 10 (quarta a sexta-feira) o curso online 'Apresentação e Oratória Aplicando IA que Engajam o Público', voltado a executivos, gerentes e membros da alta direção. Com 12 horas de duração, o treinamento tem como objetivo capacitar profissionais a estruturar apresentações estratégicas e narrativas envolventes para comunicar projetos, resultados e propostas de negócios com clareza e impacto. Mais informações: (11) 5582-6321/6326 ou (<https://abimaq.org.br/cursos/1928/apresentacao-e-oratoria-aplicando-ia-que-engajam-o-publico>).

C – Vagas de Emprego

A Simpress, empresa pioneira e líder no país em outsourcing (venda, locação e gestão) de equipamentos de TI (PCs, notebooks, tablets, smartphones, coletores de dados e impressoras), tem 52 vagas de

emprego abertas nos estados de São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. As oportunidades são para áreas como crédito e cobrança, quality assurance, distribuição e tecnologia da informação. Para se candidatar, os interessados devem acessar o site: (<https://simpres.gupy.io/>) e buscar as vagas disponíveis.

D – Conceito Halal

O termo Halal, originado da tradição islâmica, significa "permitido" e está relacionado a tudo o que é recomendado para o consumo dos muçulmanos a fim de preservar sua saúde e segurança. Abarca finanças, moda, turismo, entretenimento, fármacos, cosméticos e, como não poderia deixar de ser, alimentos e bebidas. Quem quiser saber mais sobre este conceito não pode ficar de fora da Anuga Select Brazil, a maior feira das Américas dedicada ao setor de alimentos e bebidas, que acontecerá em entre os dias 7 e 9 de abril, no Distrito Anhembi, em São Paulo. Saiba mais: (<https://www.academyhalal.com/forum-halal>).

E – Aumento da Demanda

Os carros elétricos seguem ganhando espaço no mercado brasileiro. Em 2025, os modelos movidos exclusivamente a bateria superaram a marca de 80 mil emplacamentos no país, volume 30% superior às 61.615 unidades registradas em 2024. Um estudo da Mobiauto, segundo maior marketplace de automóveis do Brasil, confirma o avanço também no ambiente digital. Ao longo de 2025, foram registradas quase 399 mil buscas por carros elétricos na plataforma, o que representa um crescimento de 28,97% em relação às cerca de 309 mil pesquisas realizadas em 2024.

F – Melhor Proposta

A Aena, por meio de sua subsidiária Aena Desarrollo Internacional, foi declarada vencedora, em leilão público realizado na B3 - Bolsa de Valores de São Paulo, do processo de concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão. A Aena apresentou a melhor proposta no processo de venda assistida de 100% da concessionária do aeroporto, com um lance de R\$ 2,9 bilhões. O Galeão é o terceiro mais movimentado do Brasil em volume de passageiros, com 17,8 milhões de passageiros em 2025, dos quais 5,7 milhões foram passageiros internacionais.

G – Primeiro Emprego

O Governo de São Paulo está com inscrições abertas para o BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio), programa que cria oportunidades de primeiro emprego para alunos da rede pública estadual. Ao todo, são 20 mil vagas para estudantes que querem começar a trabalhar e ganhar experiência antes mesmo de concluir o Ensino Médio. Com o BEEM, é possível dar o primeiro passo no mercado de trabalho sem abrir mão dos estudos. Os estudantes selecionados recebem bolsa de até R\$ 851,46, além de auxílio-transporte, e atuam em empresas parceiras em atividades ligadas à sua formação técnica. O cadastro deve ser feito pelo site: (www.beem.sp.gov.br).

H – Maus-tratos a Animais

A Polícia de São Paulo tem um canal digital para receber denúncias de maus-tratos contra animais. Os casos podem ser registrados no site (<https://www.webdenuncia.sp.gov.br/depa>). A denúncia é essencial para que a polícia investigue e interrompa casos de violência contra animais. Ao longo de todo o ano de 2025, a Depa registrou 20,9 mil queixas, uma média de quase 60 por dia. A iniciativa está à disposição da população para denúncia de crimes ocorridos no estado de São Paulo. É necessário identificar-se para fazer a denúncia, mas a ferramenta garante sigilo dos dados se o(a) denunciante optar pela privacidade.